



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

07/10/2016

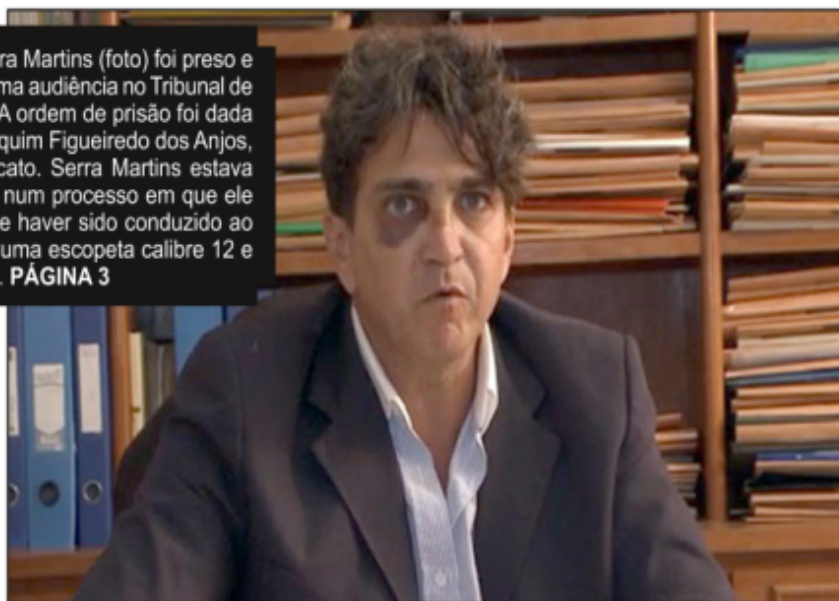
INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1 - 2
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. DESEMBARGADOR.....	3 - 4
2.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	5
3. JORNAL CORREIO POPULAR	
3.1. DESEMBARGADOR.....	6
3.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	7
3.3. JUÍZES.....	8
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	9
4.2. DECISÕES.....	10 - 13
4.3. DESEMBARGADOR.....	14 - 15
4.4. JUÍZES.....	16
5. JORNAL EXTRA	
5.1. DESEMBARGADOR.....	17 - 19
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. DECISÕES.....	20 - 22
6.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	23
7. JORNAL O PROGRESSO	
7.1. DESEMBARGADOR.....	24
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. COMARCAS.....	25
8.2. CONVÊNIOS.....	26 - 27
8.3. DECISÕES.....	28 - 29
8.4. DESEMBARGADOR.....	30 - 32
8.5. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	33
8.6. JUIZADOS ESPECIAIS.....	34
8.7. JUÍZES.....	35 - 36

Desacato

Promotor de Justiça sai preso e algemado do TJ

O promotor de justiça Carlos Serra Martins (foto) foi preso e saiu algemado, ontem (6), de uma audiência no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). A ordem de prisão foi dada pelo desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, no Pleno do TJMA, por desacato. Serra Martins estava na Corte para uma audiência de instrução num processo em que ele responde desde agosto de 2014, depois de haver sido conduzido ao Plantão Central do Cohatrac, de posse de uma escopeta calibre 12 e uma pistola calibre 380, além de munições. **PÁGINA 3**



➤ DESACATO

Promotor de Justiça sai algemado do TJ

O promotor de justiça Carlos Serra Martins foi preso e saiu algemado, ontem (6), de uma audiência no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A ordem de prisão foi dada pelo desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, no Pleno do TJMA, por desacato.

Serra Martins estava na Corte para uma audiência de instrução num processo em que ele responde desde agosto de 2014, depois de haver sido conduzido ao Plantão Central do Cohatrac, de posse de uma escopeta calibre 12 e uma pistola calibre 380, além de munições.

De acordo com o procedimento policial, o promotor de Justiça disparou por três vezes em direção a um homem, em virtude de discussão sobre a propriedade de terras na localidade Iguaíba, em Paço do Lumiar. Durante sua condução à Polícia Civil, Carlos Serra Martins também teria ofendido os policiais militares que o acompanhavam



Promotor Carlos Serra Martins

e agredido a vítima.

Durante a audiência de hoje, ele questionou à procuradora Marilea Costa se já havia sido deferido seu pedido para reaver as armas usadas no episódio. Diante da negativa, ele passou a acusar a repre-

sentante do MP de ser prevaricadora e desonesta.

José Joaquim interveio e exigiu que o promotor se portasse com urbanidade, momento em que também passou a ser agredido verbalmente.

"Ele foi admoestado,

mas como continuou eu determinei a sua prisão. E ele, muito alterado, nós achamos que ele estava armado, eu mandei que ele fosse algemado também", relatou o desembargador.

Após a prisão, Serra Martins foi encaminhado, junto com um mandato judicial, para a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ).

HISTÓRICO

O promotor Carlos Serra já tem histórico de confusões no Maranhão. Em também em agosto de 2014 ele teve a prisão pedida pelo próprio Ministério Público, nesse mesmo processo em que acabou preso ontem.

Em outro processo ele é acusado de prática de crimes ambientais e de prestar informações falsas a agentes de fiscalização do Ibama.

Antes, em fevereiro do mesmo ano, ele havia sido afastado das funções por decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

PROMOTOR DE JUSTIÇA É PRESO POR DESACATO A DESEMBARGADOR

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), deu voz de prisão contra o promotor de Justiça Carlos Serra Martins, na manhã de quinta-feira (6), pelo que alegou ser prática de desacato. O promotor compareceu a audiência para a qual foi intimado no TJMA, porém antes do início da audiência proferiu ofensas e agressões verbais contra a procuradora de Justiça Marilea Campos. O desembargador Joaquim Figueiredo, que conduziria a audiência, solicitou ao promotor que cessasse com as agressões, ao que também passou a sofrer injúrias por parte do mesmo. - Pag.7



Promotor de Justiça é preso por desacato a desembargador

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), deu voz de prisão contra o promotor de Justiça Carlos Serra Martins, na manhã de quinta-feira (6), pelo que alegou ser prática de desacato.

O promotor compareceu a audiência para a qual foi intimado no TJMA, porém antes do início da audiência proferiu ofensas e agressões verbais contra a procuradora de Justiça Marileia Campos. O desembargador Joaquim Figueiredo, que conduziria a audiência, solicitou ao promotor que cessasse com as agressões, ao que também passou a sofrer injúrias por parte do mesmo.

O desembargador expediu mandado de prisão e ofício encaminhando Carlos Martins à Procuradoria

Geral de Justiça (PGJ), para seguimento dos trâmites legais.

O promotor participaria de audiência de instrução, em ação penal que responde perante o TJMA, em razão

de supostamente ter cometido lesão corporal contra vizinhos na localidade Mojó.

A denúncia foi recebida pelo Pleno do TJMA e a ação está em fase de instrução, sob relatoria do desembargador Joaquim Figueiredo.



Promotor Carlos Serra Martins foi preso

■ "OUTUBRO ROSA" ■

Fórum de São Luís abre mostra fotográfica de mulheres mastectomizadas

Mulheres mastectomizadas e que buscam vencer o câncer de mama integram a mostra fotográfica, aberta na quinta-feira (06), no lançamento da campanha Outubro Rosa, promovida pelo Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). A campanha, além de destacar a luta das mulheres contra ao câncer, realiza também palestras e arrecadação de materiais de higiene para pacientes atendidos do Hospital Aldenora Bello, Hospital do Câncer e da Fundação Antônio Brunno.

A corregedora geral da Justiça do Maranhão, Anildes Cruz,

lembrou, durante o lançamento da campanha, que o movimento Outubro Rosa procura chamar a atenção da sociedade para o problema do câncer de mama e conscientizar as mulheres sobre a importância dos exames preventivos e do diagnóstico da doença que "pode ser tratada com eficiência se detectada precocemente", ressaltou a corregedora. "Ajudar a combater o câncer de mama é uma missão de todos nós", concluiu.

O diretor do Fórum, juiz Sebastião Lima Bonfim, destacou que a Mostra Fotográfica Impressões de Mulher faz o regis-

tro de pacientes em tratamento no Hospital Aldenora Bello e Hospital do Câncer do Maranhão (Hospital Geral), externando a garra e o amor pela vida, a luta e a força do recomeço dessas mulheres. O magistrado ressaltou, ainda, que por meio da campanha Outubro Rosa o Fórum de São Luís quer também mobilizar as pessoas e contribuir para a redução do número de casos de câncer de mama no país. Conforme dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA), a estimativa de novos casos da doença no Brasil é de 57.960 só este ano.

Sedihpop e órgãos do estado discutem, junto a Ouvidoria Geral Agrária, conflitos agrários no Maranhão

A resolução de conflitos agrários no Maranhão é uma das marcas do Governo do Estado que criou a Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (Coecv) vinculada à Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) que age para combater e mediar conflitos. A Coecv têm registros de 404 processos judiciais na área. Destes, 271 casos já foram analisados, 129 são de natureza individual e 92 coletivos.

Diante desse quadro, o desembargador e ouvidor geral Agrário, Gercino José da Silva Filho esteve reunido na terça-feira (4), no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), junto ao secretário adjunto de Direitos Humanos e Coordenador da Coecv, Jonata Galvão, a desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz, o superintendente de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, Jorge Serejo e representantes da Corregedoria Geral do TJ e, durante o encontro, apresentou sugestões para enfrentar os conflitos no estado. Dentre as recomendações, a criação de varas agrárias e o reforço ao cumprimento do provimento N°29 da Corregedoria que trata de procedimentos adequados referentes a conflitos agrários.

Durante a reunião, o secretário adjunto de Direitos Humanos, Jonata Galvão entregou para a Desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz, o relatório de trabalhos da Coecv que apresenta o histórico e funcionamento da Comissão, casos analisados, dados e procedimentos acerca da situação referente a violência no campo e na cidade no Maranhão.

As discussões junto a Corregedoria Geral do TJ-MA integram a programação do Ciclo de Reuniões promovido pela Co-

missão Nacional de Combate à Violência no Campo que acontecerá entre os dias 04 a 07 de outubro na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de São Luís. Os encontros têm como pauta discutir e buscar soluções para os conflitos agrários do Estado, junto a diversos órgãos do Estado, dentre eles Sedihpop; Ministério Público; INCRA; Tribunal de Justiça; Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma); além de associações de trabalhadores rurais sem terra.

Programação

Dia 05/10 às 08h30 – Reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo para solicitar que o Ministério Público recomende aos promotores de justiça do Estado do Maranhão que deem mais atenção aos conflitos agrários coletivos rurais e urbanos da mencionada unidade da federação. Local: Gabinete do procurador-geral de Justiça, doutor Luiz Gonzaga Martins Coelho.

Dia 05/10 às 10h30 e às 14h – Reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo para discutir conflitos agrários e violência no campo na citada região. Local: Sede do Incra.

Dia 06/10 às 9h – Reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo para discutir conflitos agrários e violência no campo em áreas quilombolas do Estado do Maranhão. Local: Sede do Incra.

Dia 07/10 às 09h – Reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo para discutir conflitos agrários e violência no campo na citada região. Local: Sede do Incra. (Sedihpop)

Juizado de Balsas realizará leilão

Evento ocorrerá dia 20 e terá como objeto lote com área de 675 m², na Lagoa do Caetano

O Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Balsas promove, no próximo dia 20, às 9h, na sede do Juizado (Avenida Jamildo, S/N, Potosi), leilão de um lote com área de 675m², situado no loteamento Parque Cidade Maravilha, na Lagoa do Caetano, perímetro urbano da cidade. O leilão é objeto de edital assinado pelo titular do Juizado, juiz Pedro Henrique Holanda Pascoal.

De acordo com o edital, o valor do bem é de R\$ 30.375,00. Ainda de acordo

com o edital, o lote encontra-se devidamente registrado no C.R.I. de Balsas, sob a matrícula n.º 12.281, livro nº 2-BB, fls. 118/1.

Ainda de acordo com o edital, “se na primeira praça o bem não alcançar lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á a sua alienação em segunda praça pelo maior lance”.

“Não será aceito lance que, em segunda praça, ofereça preço vil”, estabelece o edital. (Imirante)



Bom Jardim: Justiça bloqueia mais de R\$ 14 milhões da prefeitura após ação do MPMA

Para o promotor, a prefeita inchou o quadro de servidores em número incompatível com as receitas municipais e com a lei orçamentária

Com base em uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Maranhão, contra o Município de Bom Jardim e a prefeita Malrinete dos Santos Matos (mais conhecida como Malrinete Gralhada), a Justiça determinou, nesta segunda-feira, 3, o bloqueio das contas da Prefeitura. A ação foi motivada pelos recorrentes atrasos no pagamento do funcionalismo municipal.

Atendendo ao pedido feito, na ação, pelo promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira, a Justiça determinou o bloqueio imediato de R\$ 14.551.497,80 nas contas do Município de Bom Jardim, a fim de garantir o pagamento dos salários atrasados há até cinco meses. No caso dos servidores contratados, deverão ser pagos, diretamente pelos bancos, todos aqueles que comprovarem seu vínculo de trabalho com a administração municipal, devendo apresentar, também, suas frequências.

O juiz Raphael Leite Guedes também determinou o bloqueio de R\$ 2.910.299,55 nos meses de outubro e novembro, para o pagamento de pessoal, e de R\$ 5.820.599,10 em dezembro de 2016, garantindo que os servidores recebam pelo mês trabalhado e o 13º salário.

Atrasos - Após diversos relatos apontando atrasos no pagamento da remuneração mensal de servidores municipais,



Divulgação

salários de contratados e comissionados em atraso há, pelo menos, três meses.

Para o promotor de justiça, a prefeita inchou o quadro de servidores em número incompatível com as receitas municipais e com a lei orçamentária, com o objetivo de adquirir vantagens nas eleições de 2016, restando evidente a prática de improbidade administrativa. "É latente que houve contratação e imputação de remuneração aos contratados sem seguir qualquer norma legal. Além disso, não há mesmo um controle da prestação de serviço destes servidores, pois não há folha de ponto para assinar, salvo em raras exceções", afirmou Fábio Santos de Oliveira, na ação.

Para tentar resolver o problema, em 31 de agosto, o MPMA firmou Termo de Ajustamento de Conduta com o Município. No entanto, o atraso no pagamento dos salários continuou. Quatro das seis cláusulas do acordo foram descumpridas, mesmo que tenham sido prazos e valores estabelecidos pela assessoria técnica da Prefeitura. "A mensagem transmitida pelo Município foi a de que não havia vontade política em reestruturar, de forma voluntária, por atos administrativos e de gestão, a folha de pagamento dos servidores públicos municipais, com vistas a finalizar os atrasos nos pagamentos". (Ascom/MPMA)

especialmente a dos contratados e comissionados, o Ministério Público requisitou, em 18 de junho deste ano, informações à prefeita sobre a questão. Em resposta, o Município admitiu o atraso no pagamento dos salários dos funcionários contratados. Na época, a Promotoria apurou que havia

Processo Eletrônico instalado em Timon

No município, todos os atos e processos judiciais estão sendo efetivados eletronicamente

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) implantou o sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas varas não criminais e não infracionais da Comarca de Timon, na última segunda-feira, 3. Na comarca, todos os atos processos judiciais estão sendo efetivados eletronicamente, sem a necessidade do uso de papel.

Conforme cronograma aprovado pela Comissão de Informática do TJMA, as próximas comarcas a receberem a implantação do PJe serão Balsas (17 deste mês), Vitorino Freire (17), Barra do Corda (24), Grajaú (24), Codó (7 de novembro), Coroa-tá (7), Açailândia (14), João Lisboa (14) e Imperatriz (28).

Este ano, a virtualização foi concluída em todas as Varas de Família, na Vara de Interdição, Sucessão e Alvará da capital e nos demais termos judiciários da Comarca da Ilha de São Luís - Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar.

Desde 1º de agosto, o TJMA também passou a receber apelações, agravos de instrumento, remessas e outros recursos por meio do sistema de processo eletrônico. Atualmente, 32% da distribuição de processos na

MAIS

Resolução do CNJ

A implantação do PJe segue a Resolução nº 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que considera os benefícios da substituição da tramitação processual em meio físico pela tramitação eletrônica, como instrumento de celeridade e qualidade na prestação jurisdicional.

Justiça maranhense ocorre por meio eletrônico. A previsão é de que esse percentual seja de 55% até o final deste ano. O prazo final para implantação do sistema em todo o judiciário nacional termina em 2018.

O PJe processa todas as informações, atos processuais, gestão e tramitação de processos judiciais e administrativos, permitindo o ajuizamento de ações e outros peticionamentos diretamente pela internet, 24 horas por dia, sem necessidade de deslocamentos. ●

Ações civis

Ministério Público cobra acessibilidade para cadeirantes

CIDADES 2



“O poder público - Estado e Município - são os maiores violadores de direitos sociais, quando deveriam ser os garantidores desses direitos”

RONALD PEREIRA, promotor de Justiça, sobre a falta de acessibilidade em São Luís **Cidades 2**

MP cobra acessibilidade para cadeirantes na capital

Somente este ano, a Promotoria de Justiça Especializada nos Direitos da Pessoa com Deficiência ingressou com nove ações civis públicas determinando que o Estado e o Município promovam modificações em logradouros, prédios e outros espaços

LEANDRO SANTOS
Da Equipe de O Estado

Se para uma pessoa sem deficiência andar pelas ruas e avenidas de São Luís já é uma tarefa difícil, imagine o que enfrentam as pessoas com locomoção reduzida. As condições de acessibilidade da cidade ainda causam muitos transtornos. Por diversas vezes o Ministério Público (MP) entrou com ações na Justiça para resolver essas pendências, mas o poder público, tanto municipal quanto estadual, ainda não solucionou os problemas.

Somente este ano a Promotoria de Justiça Especializada nos Direitos da Pessoa com Deficiência ingressou com nove ações civis públicas determinando que o Estado e o Município promovam modificações em logradouros, prédios e outros espaços para tornar esses pontos acessíveis para os portadores com deficiência, mas até o momento pouca coisa foi feita para mudar essa realidade.

Em anos anteriores, a promotoria também ingressou com outras ações civis públicas na Justiça, além de ter feito, também, outras manifestações judiciais sobre essa questão. Porém, muito ainda precisa ser mudado.

Dificuldades

Uma dessas ações refere-se ao Hospital Municipal Tarquínio Lopes Filho (Hospital Geral), no centro da cidade. O Governo do Estado deve promover adaptações necessárias para as pessoas com deficiência nos banheiros e construir rampas de acessibilidade na parte interna e externa do prédio para pessoas com deficiência. O prazo é até o dia 30 de janeiro de 2017.

Enquanto o prazo não expira, as pessoas com deficiência ainda terão dificuldades em entrar no hospital. Na manhã de ontem, O Estado esteve no local e constatou que as rampas de acesso para ca-

deirantes têm imperfeições que dificultam o acesso desse público. Situação semelhante também pode ser observada no Hospital da Mulher, no Anjo da Guarda.

Na Praça da Alegria, no centro da cidade, a locomoção das pessoas com deficiência também é comprometida por causa de estacas metálicas que foram colocadas ao redor de toda a praça. Essas estacas foram instaladas também na rampa utilizada por cadeirantes.

Ações

Na avaliação do promotor Ronald Pereira dos Santos, da Promotoria da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o poder público é quem deveria garantir as condições adequadas de acessibilidade para a população, mas não o fazem, obrigando o Ministério Público a agir para que se cumpra a lei.

“É aqui que rebatem todas as demandas da comunidade. O poder público - Estado e Município - são os maiores violadores de direitos sociais, quando deveriam ser, por dever legal e constitucional, os prestadores e garantidores desses direitos”, destacou.

Ele chamou também atenção para a necessidade da implementação de políticas públicas, por parte dos gestores, que garantam a efetividades dos direitos das pessoas, sejam elas com deficiência ou qualquer outra que tenha sofrido algum tipo de violação.

“O grande problema, hoje, é que estamos vivendo um dilema entre a judicialização e a efetividade. Eu diria que a judicialização não é apropriada. É uma via de desesperados, na qual o cidadão não tem para onde recorrer e busca o Poder Judiciário para ter o seu direito. Mas isso não resolve a demanda social e sim a individual. O que está acontecendo é que os direitos fundamentais sociais estão sendo judicializados, porque o gestor público não está dando uma resposta eficiente. Não podemos conceber isso.

A Constituição diz que o direito deve ser universal para todos”, disse o promotor Ronald Pereira.

Posicionamentos

Por meio de nota, a Secretaria Municipal de Saúde (Semus) informou que a decisão judicial refere-se ao ano de 2010 e que em 2013 o Hospital da Mulher foi totalmente reformado e ampliado, contemplando toda reestruturação dos leitos, corredores, construção de rampas de acessibilidade.

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh) informou que tem trabalhado, por meio da Blitz Urbana, na adequação da malha viária da capital com a construção de rampas e adequações nas caçadas de ruas e avenidas para facilitar o deslocamentos de pessoas com deficiência. A Semurh comunicou que os serviços de adequação já começaram no bairro Calhau e, posteriormente, se estenderão a todos os bairros da capital.

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) informou que executa, desde o fim do primeiro semestre, reformas na área interna do Hospital de Câncer - Tarquínio Lopes Filho. Na programação, estão inclusos os 80 banheiros e área da recepção, todos adaptados ao acesso de cadeirantes, além de colocação de guarda-corpo. A secretaria acrescentou que, além da área interna, também realizará a urbanização da praça, em frente à unidade, assim como a recuperação das rampas de acesso da área externa do hospital. ●

Faltam políticas públicas para garantir direitos

Direitos sociais estão sendo judicializados



Hospital Geral: falta rampa para acesso de cadeirantes



Rua de São Pantaleão: poste em calçada sem rampas



Praça da Alegria: estacas metálicas impedem o acesso

Fotos/Biné Moraes

Promotor de Justiça sai preso de fórum por desacato

Carlos Serra Martins teria agredido a procuradora Marilea Campos e o juiz Joaquim Figueiredo durante audiência no Tribunal de Justiça. Ele saiu algemado. **POLÍCIA 5**

Divulgação



Carlos Serra Martins já teria se envolvido em outras ocorrências

Promotor de Justiça sai preso do fórum por desacatar juiz

Carlos Serra Martins teria agredido, também, a procuradora Marilea Campos em audiência

O ex-promotor da cidade de Lago da Pedra, Carlos Serra Martins, foi preso e saiu algemado de uma audiência ocorrida ontem no Tribunal de Justiça (TJ) do Maranhão pelo crime de desacato à procuradora de Justiça, Marilea Campos, e o desembargador Joaquim Figueiredo. Ainda ontem, o caso foi encaminhado à Procuradoria Geral de Justiça (PGJ).

A assessoria de comunicação do Tribunal de Justiça informou por meio de nota que o promotor Carlos Serra teria comparecido ao TJ para participar de uma audiência de instrução devido a uma ação penal pelo crime de lesão corporal contra vizinhos, na localidade Mojó. A denúncia foi recebida pelo Pleno do tribunal e a ação está em fase de instrução, sob a relatoria do desembargador Joaquim Figueiredo.

Antes do início da audiência, Carlos Serra começou a proferir ofensas e agressões verbais contra a procuradora de Justiça Marilea Campos. O desembargador Joaquim Figueiredo, que conduziria a audiência, solicitou ao promotor que cessasse com as agressões, ao que também passou a sofrer injúrias por parte do mesmo. O desembargador expediu mandado de prisão e ofício encaminhando

Carlos Martins à Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), para seguimento dos trâmites legais.

Histórico

O promotor Carlos Serra já tem um histórico de ocorrências no estado. Um dos casos ocorreu em agosto de 2014 e nessa época chegou a ter a prisão pedida pelo Ministério Público em um processo sob a relatoria do desembargador Jorge Rachid. Nesse caso, ele estava sendo suspeito de ter cometido crimes ambientais e de prestar informações inverídicas aos agentes de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama).

Ainda no mês de agosto, Carlos Serra foi conduzido ao plantão de Polícia Civil do Cohatrac de posse de uma escopeta calibre 12, uma pistola 380 e munições. De acordo com o boletim de ocorrência registrado no plantão policial, o promotor teria disparado três vezes em direção a um homem durante uma discussão sobre a propriedade de terras na localidade Iguaíba, no município de Paço do Lumiar. O promotor Carlos Serra ao ser conduzido também teria ofendido e agredido fisicamente os policiais militares que o acompanhavam até a delegacia. ●

Justiça determina retorno do BB em Lima Campos

A agência está com atividades parcialmente suspensas desde 15 de outubro do ano passado

O juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, titular da 1ª Vara de Pedreiras, proferiu decisão liminar na qual determina que o Banco do Brasil promova, no prazo máximo de 30 dias, o restabelecimento total do funcionamento de sua agência física no município de Lima Campos (termo judiciário), inclusive com a efetiva disponibilização dos serviços de saques nos caixas internos e nos caixas eletrônicos, até posterior decisão judicial. A agência se encontra com suas atividades parcialmente suspensas desde 15 de outubro de 2015.

A ação civil coletiva, proposta pelo Município de Lima Campos, alega que na madrugada do dia 15 de outubro do ano passado a agência do Banco do Brasil de Lima Campos foi parcialmente explodida por bandidos ao arrombar os caixas eletrônicos, razão pela qual ficou suspenso o atendimento bancário na cidade. “Pasado quase um ano do aconteci-

do, o Banco do Brasil permanece inerte no restabelecimento de seus serviços, prejudicando uma carteira de cerca de três mil clientes diretos, que mensalmente continuam a contribuir com sua taxa de manutenção de conta em favor da instituição financeira”, relata o juiz na decisão.

Impacto

O Município ressalta que a suspensão dos serviços bancários, além de impactar diretamente os correntistas locais, prejudica a comunidade como um todo, pois atenta contra a economia do município em razão da dificuldade de circulação de dinheiro na cidade. O pedido explica que os correntistas locais que desejam obter atendimento bancário têm que viajar às cidades vizinhas, já que o Banco do Brasil não disponibilizou sequer algum posto de atendimento na cidade durante esse período, o que vem gerando despesas de locomoção e imensuráveis

transtornos aos milhares de consumidores do banco vinculados à agência de Lima Campos.

Para o juiz, neste caso, o Município procurou a Justiça para defender o direito constitucional a uma regular prestação do serviço público essencial de atividade bancária aos habitantes daquele município. Segundo ele, trata-se de ação civil pública de interesse público imediato, cuja preservação interessa a toda a coletividade, res-

sultando em prejuízo aos milhares de consumidores do banco vinculados à agência de Lima Campos. “Ademais, trata-se de município carente do interior do Maranhão, estado já castigado por tantas mazelas sociais, e obrigar seus moradores a buscarem os serviços do Requerido em outras cidades, por mais de 11 [onze] meses, é inadmissível do ponto de vista constitucional e consumerista” disse o juiz na decisão.

Por fim, determinou que, a contar da data da ciência desta decisão, o Banco do Brasil promova no prazo máximo de 30 dias, o restabelecimento total do funcionamento de sua agência física em Lima Campos, inclusive com a efetiva disponibilização dos serviços de saques nos caixas internos e nos caixas eletrônicos da agência, que se encontra com suas atividades parcialmente suspensas desde 15 de outubro de 2015.

Deverá o banco, ainda, abster-se de promover a suspensão repentina do funcionamento de sua agência física em Lima Campos sem antes disponibilizar alternativas eficazes de atendimento presencial, consistente na locação de imóveis, com escopo de abrigar provisoriamente postos de atendimentos, inclusive com salas de autoatendimento, permitindo a continuidade do serviço público essencial, de forma adequada e eficiente. Em caso de atraso no cumprimento ou descumprimento injustificado, total ou parcial, a multa diária a ser aplicada é de R\$ 10 mil. ●

Banco do Brasil tem 30 dias para cumprir decisão

Ação civil coletiva foi proposta pelo Município

tando comprovada a legitimidade ativa do município requerente para a propositura da presente ação.

Essencial

O magistrado destacou na decisão que os serviços bancários são de natureza essencial e contínua, assim definidos pelo Banco Central em sua Resolução nº 3.919/2010 art. 1º, § 1º, inc. II, e norteados pelo princípio da continuidade descrito no art. 22 do Código de Defesa do Consumidor, e como tal não podem ser suspensos de maneira abu-

Promotor é preso e algemado após audiência no Tribunal de Justiça

PÁGINA 3

Promotor é preso e algemado após audiência no Tribunal de Justiça

O promotor de Justiça Carlos Serra Martins foi preso e saiu algemado, ontem, de uma audiência no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A ordem de prisão foi dada pelo desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, no Pleno do TJMA, por desacato.

Serra Martins estava na Corte para uma audiência de instrução num processo em que ele responde desde agosto de 2014, depois de haver sido conduzido ao Plantão Central do Cohatrac, de posse de uma escopeta calibre 12 e uma pistola calibre 380, além de munições.

De acordo com o procedimento policial, o promotor de Justiça disparou por três vezes em direção a um homem, em virtude de discussão sobre a propriedade de terras na localidade Iguaíba, em Paço do Lumiar. Durante sua condução à Polícia Civil, Carlos Serra Martins também teria ofendido os policiais militares que o acompanhavam e agredido a vítima.

Durante a audiência, ele questionou à procuradora Marilea Costa se já havia sido deferido seu pedido para reaver as armas usadas no episódio. Diante da negativa, ele passou a acusar a represen-

tante do MP de ser prevaricadora e desonesta.

José Joaquim interveio e exigiu que o promotor se portasse com urbanidade, momento em que também passou a ser agredido verbalmente.

“Ele foi admoestado, mas como continuou eu determinei a sua prisão. E ele, muito alterado, nós achamos que ele estava armado, eu mandei que ele fosse algemado também”, relatou o desembargador.

Após a prisão, Serra Martins foi encaminhado, junto com um mandato judicial, para a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ).

HISTÓRICO - O promotor Carlos Serra já tem histórico de confusões no Maranhão. Em também em agosto de 2014 ele teve a prisão pedida pelo próprio Ministério Público, nesse mesmo processo em que acabou preso nesta quinta-feira.

Em outro processo ele é acusado de prática de crimes ambientais e de prestar informações falsas a agentes de fiscalização do Ibama.

Antes, em fevereiro do mesmo ano, ele havia sido afastado das funções por decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).



Promotor é preso
por desacato durante
audiência no TJMA

VIDA



Promotor de Justiça é preso no Tribunal

A determinação foi do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos durante audiência de instrução num processo que Carlos César Martins responde no TJ-MA desde o ano de 2014

Na manhã de ontem, um promotor de Justiça saiu do Tribunal de Justiça, na Praça Dom Pedro II, algemado por policiais militares, por determinação do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. O promotor Carlos César Martins foi preso por desacato no interior do prédio sede do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Tudo aconteceu quando o promotor de Justiça Carlos Serra Martins se encontrava no Tribunal para uma audiência de instrução num processo que responde desde agosto de 2014, quando foi detido e conduzido ao Plantão da Polícia Judiciária,

no Cohatrac, de posse de uma escopeta calibre 12 e uma pistola calibre 380, após ter feito três disparos contra um homem, após uma discussão sobre propriedade de terras, em Iguaiá, em Paço do Lumiar. Na ocasião, ele teria ofendido verbalmente os policiais mili-



tares que fizeram sua condução para o plantão.

Durante a audiência de ontem no Tribunal de Justiça, o promotor Carlos César Martins questionou a procuradora

Marileia Costa se já havia deferido seu pedido para reaver aquelas armas. Diante da negativa da procuradora, Car-

los César irritou-se e passou a acusá-la de prevaricação e de desonesta. O desembargador José Joaquim Figueiredo interveio e exigiu que o promotor se portasse com urbanidade, momento em que também passou a ser agredido verbalmente.

O promotor foi admoestado, mas não se deixou intimidar e continuou com as agressões. O desembargador entendeu que ele poderia estar armado, determinou sua detenção, saindo o referido do Tribunal de Justiça com as mãos presas por algemas, sendo encaminhado para a Procuradoria Geral da Justiça com um mandado judicial.

Obra parada

O juiz Douglas de Melo Martins determinou a suspensão do processo de licenciamento ambiental do terminal portuário WPR São Luís. As licenças prévia e de instalação concedidas à empresa também são suspensas na decisão. A multa diária para o caso de não cumprimento da decisão é de R\$ 50 mil (cinquenta mil reais).

Banco do Brasil no interior

O juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, titular da 1ª Vara de Pedreiras, proferiu decisão liminar na qual determina que o Banco do Brasil promova, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o restabelecimento total do funcionamento de sua agência física no âmbito do município de Lima Campus

Palestra sobre câncer

A mastologista do Hospital do Câncer (Hospital Geral), Ana Lícia Maia e Silva, ministra palestra sobre câncer de mama, nesta sexta-feira (7), às 8h30, no auditório Des. José Joaquim Ramos Filgueiras (térreo), no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). O evento será aberto à comunidade e integra as atividades da campanha “Outubro Rosa”, que está sendo realizada pelo Fórum. O câncer de mama também acomete homens, porém é raro, representando apenas 1% do total de casos da doença.

Promotor é preso durante audiência

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, determinou na manhã desta quinta-feira, (6) a prisão do promotor de justiça Carlos Serra Martins. Ele foi algemado durante uma audiência no Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, (TJMA). Carlos Serra responde a um processo de 2014 onde é acusado de ter atirado contra um grupo de moradores da comunidade do Iguafba, Paço do Lumiar (MA). Na oportunidade, o promotor foi preso por policiais militares e conduzido para o Plantão Central do Cohatrac, onde foi apresentado com uma escopeta calibre 12 e uma pistola PT- 380. Na audiência, ele desacatou a promotora Marilea Costa, que negou o pedido de devolução das armas que haviam sido apreendidas. Carlos Serra chamou a promotora de desonesta e chegou a usar outros adjetivos para ofendê-la. Naquele momento o desembargador José Joaquim tentou intervir e também foi insultado pelo acusado. Em seguida o desembargador determinou a prisão de Carlos Serra e a sua condução para a delegacia do 1º DP, no Centro.

CGJ-MA fiscaliza processos em quatro comarcas do interior

A Corregedoria Geral da Justiça cumpre, esta semana, uma agenda de correições ordinárias para fiscalização das comarcas de Pastos Bons, São João dos Patos, Passagem Franca e Buriti Bravo, que serão concluídas hoje (7).

A juíza corregedora Rosária Duarte, que preside os trabalhos da correição, e mais quatro assessores foram deslocados para o interior para realizar o trabalho de fiscalização. Em cada comarca são escolhidos cerca de 70 processos físicos em tramitação – 40 dentre os mais antigos e 30 dos novos –, conforme a Resolução nº 24/2009.

Juíza e equipe analisam, em cada processo, o andamento dos atos processuais em geral, o cumprimento dos despachos, os processos conclusos pendentes da decisão do juiz, a prolação de sentenças e a aplicação do Código de Normas da CGJ-MA. Conforme o que for constatado, são feitas anotações no processo acerca das recomendações ao juiz da vara, oficial de Justiça e funcionários da secretaria. Também estão sendo observadas as condições de prediais e patrimoniais do fórum, o quadro de funcionários e a demanda processual.

Governo e TST iniciam parceria para enfrentar trabalho escravo no Maranhão

PÁG. 4 [C1]

Governo e TST iniciam parceria para enfrentar o trabalho escravo no Maranhão

Com o intuito de fortalecer as políticas públicas de enfrentamento ao trabalho escravo, o governador Flávio Dino esteve reunido com o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Lélío Bentes, ontem (6), no Palácio dos Leões. Na ocasião, ficou acertada a conjunção de esforços no sentido de articular o Governo do Estado, o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Poder Judiciário em torno de iniciativas para o combate ao trabalho escravo no Maranhão. Durante a reunião, Flávio Dino explicou que a incidência a essa prática criminosa se dá pelo fato de o estado possuir os piores indicadores socioeconômicos do país. “Obviamente não há coincidência quanto a isso. Por isso é importante o desenvolvimento de políticas públicas, que é o que temos buscado de modo obstinado, apesar das imensas restrições financeiras que o Brasil atravessa, exatamente com temas como geração de emprego e renda. São investimentos expressivos que estamos buscando aqui no estado”, ressaltou. Flávio Dino apresentou ao ministro do TST que o Governo possui, hoje, um conjunto de políticas públicas no sentido



Ministro do TST e conselheiro do CNJ, Lélío Bentes, com o governador Flávio Dino e representantes do governo estadual

distributivo, que auxiliam exatamente no combate a práticas como o trabalho escravo. De acordo com ele, o Estado precisa, além do trabalho social preventivo, do auxílio do Poder Judiciário para atuar com a garantia da lei. Lélío Bentes explicou que o trabalho escravo é um fenômeno que rende lucros insidiosos a quem o explora e se nutre fundamentalmente da impunidade. “Então a disposição de todos os parceiros é o combate incessante, sem tréguas para que esses criminosos tenham a certeza que não estarão imunes à persecução do Estado seja na esfera criminal, seja na esfera civil, respondendo pelo seu patrimônio em qualquer

local”, afirmou. O ministro informou ainda que o Maranhão é conhecido como um estado de origem de trabalhadores explorados nessas condições – nos últimos 10 anos o MPT identificou que cerca de 23% dos resgatados no trabalho escravo no Brasil tinham origem no Maranhão – o que exige extremo cuidado tanto na prevenção, quanto na atenção às vítimas.

“Com um trabalho articulado entre o Estado, o Poder Judiciário e o MP temos condições de enfrentar esse problema, de forma eficiente. É necessário planejamento para que possamos acompanhar e organizar as atuações estratégicas. Existe essa

disposição colaborativa”, disse Bentes.

INICIATIVAS DE COMBATE

Desde janeiro de 2015, o governo do Estado vem priorizando as ações no âmbito de estruturar políticas para combater e erradicar o trabalho escravo. Uma das primeiras medidas foi rearticular a Comissão de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo. O secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), Francisco Gonçalves, explicou que existem várias outras iniciativas, inclusive em conjunto com o governo federal, para a área.

Porto

Apresentado, em agosto, na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o projeto do terminal marítima da WPR foi suspenso, por decisão do juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, Douglas de Melo Martins, que cassou o seu licenciamento ambiental. O juiz determinou ainda que a empresa se abstenha de praticar obras de instalação do porto, sob pena de pagar multa diária no valor de R\$ 50 mil, pelo não cumprimento da sua determinação.

Determinada suspensão de processo para licenciamento de terminal portuário

Decisão assinada pelo titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, juiz Douglas de Melo Martins, determina a suspensão do processo de licenciamento ambiental do terminal portuário WPR São Luís. “A fim de se evitar o dano e garantir o cumprimento da tutela específica”, o juiz determina ao réu que “se abstenha de praticar obras de instalação do terminal portuário”. As licenças prévia e de instalação concedidas à empresa também são suspensas na decisão. A multa diária para o caso de não cumprimento da decisão é de R\$ 50 mil. A decisão atende a pedido de concessão de tutela de urgência incidental requerida pela

Defensoria Pública do Estado do Maranhão em Ação Civil Pública no sentido de anular a licença prévia acima especificada, bem como o processo de licenciamento ambiental do terminal até o trânsito em julgado da ação (Ação Civil Pública 54319-71.2014.8.10.001). De acordo com a DPE, em 27 de janeiro de 2015, sob o fundamento de que a atividade portuária não está prevista na Lei Municipal nº 3.253/1992, que dispõe sobre o zoneamento de São Luís, o órgão (DPE) recomendou à Semurh a suspensão dos efeitos da certidão de uso e ocupação do solo expedida em favor da implantação do terminal na Zona Industrial 3 - ZI3. Em

caráter preliminar, o secretário da pasta atendeu à recomendação e suspendeu os efeitos da certidão. Entretanto, segundo a DPE, apesar da suspensão, “a Sema concedeu licença prévia ao empreendimento e estaria em vias de expedir a licença de instalação”. Em suas fundamentações, o juiz inicialmente ressalta que a referida certidão expedida pela Semurh encontra-se suspensa por decisão administrativa do próprio secretário da pasta e que vigorará até o trânsito em julgado da decisão final a ser proferida em Mandado de Segurança que tramita no Tribunal de Justiça ou até novo ato administrativo do secretário de Urbanismo e Habitação do Município.

Promotor de Justiça é preso por desacatar desembargador

PÁG. 12 [C1]

ARQUIVO



O promotor de Justiça Carlos Serra
Martins em fotografia registrada em 2014

Promotor de Justiça é preso por desacatar desembargador

NELSON MELO

Durante uma audiência realizada no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), na manhã de ontem (6), o promotor de Justiça Carlos Serra Martins, de 48 anos, recebeu voz de prisão em flagrante por ter desacatado o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. Segundo informações apuradas pelo **Jornal Pequeno**, ele teria agredido verbalmente a vítima, perdendo a compostura.

No decorrer da audiência, de acordo com relatos descritos pela Assessoria de Comunicação (Ascom) do Tribunal de Justiça, o promotor, primeiramente, lançou palavras ofensivas contra a procuradora de Justiça Marilea Campos dos Santos Costa, depois de questioná-la acerca de um caso envolvendo as armas de fogo utilizadas por Carlos Serra em uma tentativa de homicídio registrada no dia 23 de agosto de 2014, em Paço do Lumiar. Diante dos fatos, o desembargador, então, interveio, pedindo que ele se comportasse de forma mais respeitosa.

Contudo, no lugar de recuar e se redimir, o promotor teria agredido verbalmente José Joaquim, que, não tendo outra alternativa, autorizou que fosse imediatamente preso por policiais



Divulgação

Promotor Carlos Serra Martins em foto tirada em 2014, quando ele se envolveu em confusão na comunidade de Mojó

militares que lá estavam por desacato à autoridade, expedindo, em seguida, um mandado de prisão e um ofício encaminhado-o à Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), para seguimento dos trâmites legais.

Em nota, a Ascom do TJ-MA afirmou que o promotor participaria de audiência de instrução, em ação penal que responde perante a instituição judiciária, “em razão de supostamente ter cometido lesão corporal contra vizinhos na

localidade Mojó”. A denúncia, como destacado no texto, foi recebida pelo Pleno do TJMA e “a ação está em fase de instrução, sob relatoria do desembargador Joaquim Figueiredo”.

‘BRONCAS’ DO PROMOTOR

Em 23 de agosto de 2014, o referido promotor foi preso depois de agredir com coronhadas Paulo Cesar Pereira Gomes, 44, na cidade de Raposa – região metropolitana de São Luís, por conta de uma discussão sobre

propriedade de terras. Ele teria desferido três disparos na direção da vítima, que recebeu golpes com o cabo de uma escopeta calibre 12. No caminho, Carlos Serra ainda teria ofendido os militares que o conduziam ao Plantão do Cohatrac.

Antes, em fevereiro do mesmo ano, o promotor teria ameaçado agentes do Ibama depois de ter uma obra sua notificada pelo órgão. Pouco depois, o Ministério Público pediu sua prisão preventiva, e também o afastamento do cargo do promotor, com suspensão de suas prerrogativas, como o porte de arma. Serra possui um histórico de confusões e responde a vários processos por desvio de conduta no exercício de sua função. Em março de 2015, o Conselho Nacional do MP (CNMP) havia aplicado duas penas de perda do cargo contra ele.

O colegiado também aplicou três penas de suspensão por 90 dias. Em um dos processos, o promotor é acusado de ser sócio em um empreendimento comercial - função vedada a promotores de Justiça; não cumprimento de prazos processuais e falta de zelo e de presteza nas funções. Ele tem a fama de não zelar pelo prestígio da Justiça, respeito aos membros da instituição, aos magistrados e advogados.

Desce

O promotor Carlos Serra Martins foi preso por desacatar uma procuradora e o desembargador durante uma audiência no Tribunal de Justiça do Maranhão.

Abraço do Dia

O nosso abraço desta sexta-feira vai para a mastologista Ana Lícia Maia e Silva, que realiza palestra sobre o câncer de mama, às 8h30, no auditório Des. José Joaquim Ramos Filgueiras. O evento faz parte das comemorações do “Outubro Rosa”, promovido pelo Fórum Des. Sarney Costa (Calhau).

Vereador denuncia sargento da PM por agressão e invasão de domicílio

O vereador Adalton Sá Vieira, de 46 anos, esteve em São Luís e visitou o Comando da Polícia Militar, a Secretaria de Segurança Pública e a Corregedoria da Polícia Militar, para denunciar uma invasão de domicílio que teria sido cometida pelo sargento reformado Lindoso, fato ocorrido no dia 3 deste mês, no município de Cajari, na Baixada Maranhense. Na ocasião, segundo o parlamentar, o militar ainda teria agredido fisicamente uma mulher, de nome Poliana, filha de seu coordenador de campanha. Em depoimentos prestados à corporação e à Polícia Civil, o vereador descreveu que, naquele dia, estava almoçando em sua residência, localizada na Rua da Mangueira, povoado Gameleira, quando, por volta das 16h30, o policial bateu à porta, sendo acompanhado por outro homem, que segurava um revólver. A esposa de Adalton, Estácia Nunes Lindoso, então, os atendeu, sendo que o sargento perguntou de imediato pelo vereador e pelo professor Eleomar – que coordenou sua campanha eleitoral –, sem entrar em detalhes sobre os motivos da visita. Portando uma escopeta, o PM reformado, após ouvir a resposta negativa da mulher, que declarou que seu marido e o outro não estavam na casa, o sargento Lindoso invadiu o domicílio, com o intuito de procurar Adalton e seu amigo, que, como ele mesmo narra no documento,

passaram o tempo todo trancados no quarto por precaução, pois eles acreditavam que o policial pretendia matá-los. Em um determinado instante, Poliana, filha do professor Eleomar, foi agredida pelo militar, no momento em que uma vizinha, Maria Cristina, filmava as cenas com seu celular.

De acordo com o vereador, que também é comerciante, o policial ofendeu Cristina, chamando-a de “vagabunda”, e, logo depois, desferiu uma coronhada forte na cabeça de Poliana, sendo que a coronha da escopeta teria se rompido por conta da intensidade do golpe. Em depoimento à corporação, Adalton Sá Vieira confessou se sentir ameaçado e teme ser agredido ou até assassinado pelo PM, que fugiu do local, mas teria avisado, diante dos moradores, que iria voltar. Indagado sobre os motivos que poderiam explicar a ação truculenta do militar, o parlamentar comentou que pode estar relacionada a “questões políticas”, tendo em vista que ambos são adversários partidários, com Lindoso sendo aliado do major Walteir, que seria marido de Camyla Jansen Pereira Santos (PSDB), prefeita eleita em Cajari, e teria sido o mandante da invasão de domicílio. Com medo de novo ataque do militar, ele disse que fugiu para a capital maranhense, juntamente com a mulher agredida com a coronhada, Maria Cristina e o professor Eleomar.



O sargento reformado, de camisa azul, e seu comparsa, de boné verde, quando circulavam pelo povoado com armas em punho

O vereador procurou a cúpula da Polícia Militar e, acompanhado de sua advogada, Daniele Alves Elouf, prestou depoimento à corporação, sob a assinatura do major Raimundo Borba Lima, superior de dia. A vítima disse que apresentou ao oficial um CD contendo as filmagens em que o sargento Lindoso pratica atos violentos em sua residência. Em Boletim de Ocorrência (BO), foi dito por Adalton que o militar reformado é suspeito de um assassinato no povoado Gameleira no ano de 2015 e que já tem um histórico de truculência. Fotos sobre o caso também foram remetidas ao major Borba Lima. Adalton – que concorreu às eleições deste ano como vice-prefeito em Cajari, pelo PSDC, na coligação “Rumo Novo com a Força do Povo”, do candidato Paulo da Cruz Lima de Oliveira, o padre

Paulo –, também compareceu à Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI). Lá, descreveu o acontecimento envolvendo o sargento, tendo sido comunicado pelo delegado Jalingson Alan Freire, delegado assistente da SPCI, que iria enviar os autos ao Juizado Especial Criminal “da respectiva atribuição”. Além destes depoimentos, ele narrou o caso à Corregedoria Adjunta da PM, prestando declarações ao major Carlos Cárdenas dos Santos Coelho. A este, foi citado o nome do major Walteir, que o teria ameaçado de morte em um palanque há quatro anos, sendo que à época o oficial estava acompanhado do sargento e teria recentemente convocado o policial e o outro homem para seguirem à residência do vereador, conforme já relatado nos parágrafos anteriores.

(NELSON MELO)

Projeto Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano movimentou comarca de Imperatriz



Palestra proferida pela juíza Ana Paula Araújo, para um grupo de 80 homens, trabalhadores da Construção Civil

As atividades do Projeto Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano realizadas pela Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Imperatriz mobilizaram a comarca nos últimos dias 19, 23 e 30 de setembro.

Capitaneada pela titular da Vara, juíza Ana Paula Silva Araújo, a iniciativa da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência do Poder Ju-

diciário contou com palestras ministradas pela magistrada sobre a violência contra a mulher e Lei Maria da Penha. Equipe multidisciplinar da Vara marcou presença nas atividades.

De acordo com a juíza, na comarca a ação atendeu mulheres e homens, uma vez que o objetivo é esclarecer a todos sobre a Lei.

Canteiro de obras - No primeiro dia de realização, no Programa Saúde da Mulher, o projeto aten-

deu a um público formado por 53 (cinquenta e três) mulheres.

Já no dia 23, as atividades desenvolvidas no Centro de Inclusão Social e Econômica de Imperatriz - CIESI, contou com a participação de 24 (vinte e quatro) mulheres.

Fechando o mês, no dia 30 um grupo de 80 (oitenta) empregados de uma empresa de construção civil foi atendido pelo Projeto. As atividades foram desenvolvidas no canteiro de obra onde os homens trabalham.

Projeto - De iniciativa da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, do Poder Judiciário do Maranhão, o projeto "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano" tem por objetivo difundir ações de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher através de palestras, projeção de filmes, realização de oficinas temáticas e distribuição de material referente à Lei Maria da Penha, entre outros. **(Marta Barros - Asscom)**

Justiça determina que Banco do Brasil restabeleça agência em Lima Campos

O juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, titular da 1ª Vara de Pedreiras, proferiu decisão liminar na qual determina que o Banco do Brasil promova, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o restabelecimento total do funcionamento de sua agência física no âmbito do Município de Lima Campos (termo judiciário), inclusive, com a efetiva disponibilização dos serviços de saques nos caixas internos e nos caixas eletrônicos da Agência, que

se encontra com suas atividades parcialmente suspensas desde 15 de outubro de 2015, até posterior decisão judicial. A ação civil coletiva, proposta pelo Município de Lima Campos, alega que na madrugada do dia 15 de outubro do ano passado a agência bancária do Banco do Brasil de Lima Campos foi parcialmente explodida por bandidos ao arrombar os caixas eletrônicos, razão pela qual ficou suspenso o atendimento bancário

na cidade. Versa o pedido: “Aduz que passados quase um ano do acontecido, o Banco do Brasil permanece inerte no restabelecimento de seus serviços, prejudicando uma carteira de cerca de três mil clientes diretos, que mensalmente continuam a contribuir com sua taxa de manutenção de conta em favor da instituição financeira”. O Município ressalta que a suspensão dos serviços bancários além de impactar diretamente

os correntistas locais, prejudica a comunidade como um todo, pois atenta contra a economia do município em razão da dificuldade de circulação de dinheiro na cidade. O pedido explica que os correntistas locais que desejam obter atendimento bancário têm que viajar às cidades vizinhas, já que o Banco do Brasil não disponibilizou sequer algum posto de atendimento na cidade durante esse período, o que vem gerando despesas de locomoção e imensuráveis transtornos aos milhares de consumidores do banco vinculados à agência de Lima Campos.